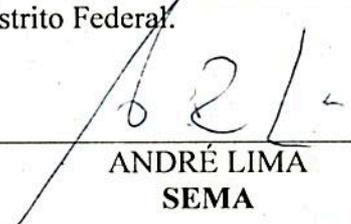


1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
3

4 Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas, no Auditório do
5 Planetário de Brasília, Brasília/DF, Brasil ocorreu a 22ª reunião extraordinária do Conselho de
6 Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1 – Escassez hídrica.**
7 **2 – Informes.** Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi
8 aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio
9 Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE
10 LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): ANA CLÁUDIA CAMPOS
11 DA SILVA (SES); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); JANE MARIA
12 VILAS BÔAS (IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); RAQUEL DE
13 CARVALHO BROSTEL (CAESB); MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR
14 (CAESB); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); RAFAEL MACHADO MELLO
15 (ADASA); MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA); LUIZ
16 ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Fórum de ONGs); REGINA STELLA QUINTAS
17 FITTIPALDI (Fórum de ONGs); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UnB); ANA
18 PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA
19 (ÚNICA) e ANA PALMIRA SILVA (CBH/Paranoá). Os demais Conselheiros (as) não
20 justificaram ausência. Participaram como convidados: VERA REGINA ESTUQUI (REDE);
21 MARIA AUGUSTA FERNANDES (IBAMA); MAURÍCIO M. FERNANDES (IBAMA). **O**
22 **presidente do Conselho** deu por aberta a 22ª reunião extraordinária do CRH-DF, procedendo
23 com o **item 1 e 2 da pauta.** **O presidente lembrou que,** conforme encaminhado na 3ª
24 reunião conjunta CONAM/CRH/DF, foi deliberada a criação de um grupo de trabalho
25 formado pelos dois conselhos para processar as recomendações daquela reunião e estabelecer
26 um conjunto de propostas de ações, de curto e médio prazo, a serem adotadas pelo governo e
27 pela sociedade civil, e apresentadas nesta reunião para apreciação desse conselho. Foram
28 realizadas duas reuniões por este GT onde se consolidou um documento com as sugestões.
29 Pediu ao Dálio Ribeiro para fazer a leitura do documento. Concluída a leitura prosseguiu-se
30 com o debate dos conselheiros. **A conselheira Ana Paula /FIBRA** manifestou que o
31 documento está amplo e sugeriu pontualidade e concisão para o grupo em relação aos temas,
32 na implementação de ações (operacional), para melhor compreensão dos tópicos. Não
33 declarou objeção às diretrizes propostas. **O conselheiro Mourão/Fórum de ONGs** declarou
34 descontentamento com o aumento de tarifa na questão da escassez da água e lembrou ter
35 trazido proposta do Fórum para esta questão. **A conselheira Jane/IBRAM** lembrou que o
36 conselho deve trabalhar no sentido de apontar linhas estratégicas deixando que cada
37 instituição se atenha do tático/operacional, visto que isto envolve recursos financeiros,
38 tecnológicos e humanos, e só a própria instituição pode precisar sua capacidade nesses
39 termos. **A conselheira Raquel Brostel/CAESB** manifestou que as diretrizes estão pertinentes
40 mas sente falta de ações mais objetivas e melhor endereçadas por instituição. Informou que já
41 houve redução de consumo de água, em torno de 10%. **O conselheiro José Francisco/UnB**
42 chama a atenção para o GT de acompanhamento da Resolução 02/2014, que já sugeriu algo
43 semelhante, que é o SISÁGUA, que deve ser implementado pela ADASA, e até o momento
44 não foi implementado. O objetivo é a divulgação das informações do sistema de RH. O
45 documento precisa de melhor integração das ações de governo. As questões de educação
46 ambiental devem ser geridas pela SEMA, a secretaria de educação deve ser parceira, visto que
47 ela tem outro viés. Ao invés de serem genéricos, os tópicos devem mais específicos. **A**
48 **conselheira Ana Palmira/CBH Paranoá** lembrou que o fortalecimento das instâncias é
49 importante, contudo é preciso mais clareza nas atribuições de cada instituição, especialmente,
50 para as ações que são concomitantes. É preciso separar as questões de consumo e produção de
51 água. **O conselheiro Philippe Layrargues/UnB** lembrou que o foco que deve ser debatido

52 por este conselho não é a escassez hídrica, mas a segurança hídrica. O objeto do documento e
53 da discussão deve ser equilibrar a abundância e a escassez. Uma sugestão seria o
54 armazenamento de água de chuva. O **Conselheiro Mourão/Fórum de ONGs** defendeu a
55 importância da governadoria tomar para si a responsabilidade da articulação política e que ela
56 dê a dimensão política que não foi dada até agora, no sentido aglutinar a solução para o
57 problema. Lembrou que a última situação de escassez é o racionamento e que a taxa que será
58 cobrada é para aplicar nos custos do racionamento. A ADASA não está dando as informações
59 de aplicação desses recursos. Nesse documento algumas propostas sugerem medidas de curto,
60 médio e longo prazo que devem ser implementadas por instituições públicas. O presidente do
61 conselho fez um breve resumo das propostas constantes no documento que foi consolidado
62 pelo GT chamando a atenção para a recomendação de criação de um comitê de governança da
63 água que integre as ações governamentais envolvendo a questão hídrica. Entendo que faz
64 sentido o governo ter uma instância deliberativa para este tema, tão importante para o DF. No
65 nível desse conselho o presidente declara que entende ser importante este conselho
66 acompanhar as medidas que envolvem a crise hídrica, sem prejuízo de criação do comitê de
67 governança no nível do governo. A **conselheira Adriana/SEGETH** manifestou que talvez
68 seja o momento do governo adotar estratégia invertida, de estimular o reuso, a adoção de
69 telhados verdes, de energia solar, etc. A **conselheira Alba/ADASA** chamou a atenção para o
70 documento que propõe medidas para a escassez hídrica, contudo, muitas das medidas
71 orientadas no documento são de médio e longo prazo. Assim, recomenda que o documento
72 separe o que direciona para a escassez, que é muito atual, e o que é estruturante para a
73 manutenção do sistema. O **presidente do conselho** salientou que o propósito deste
74 documento não é fazer recomendações para solucionar a atual crise hídrica, mas sim,
75 considerando a atual crise hídrica, recomendar que algumas ações já iniciadas e que ainda não
76 estão finalizadas, sejam aceleradas para a sua efetivação, e aquelas que não foram iniciadas
77 ainda, que se iniciem com a mesma urgência. A **conselheira Ana/SES** sugeriu que seja dada
78 maior atenção às áreas de baixa renda, visto que já são muito afetados por problemas de
79 doenças relacionadas ao uso da água e que a cobrança seja efetivada onde há grande consumo
80 de água. A **conselheira Maria do Carmo/CAESB** lembrou que as perdas totais
81 contabilizadas no faturamento são da ordem de 30%, contudo, as perdas físicas (real) são da
82 ordem de 15%. Finalizadas as considerações o presidente sugeriu que seja transferida para o
83 final da reunião a análise do documento, para que a ADASA possa apresentar a proposta da
84 tarifa de contingência que será apresentada pelo conselheiro Diógenes e o Sr. Cássio
85 Cossenno, coordenador de estudos econômicos/ADASA. O que foi aceito pelo plenário. O **Sr.**
86 **Cássio/ADASA** mostrou os principais objetivos da tarifa de contingência, que é o de sinalizar
87 ao usuário a necessidade de redução do consumo de água, manter os reservatórios em nível
88 adequado ao abastecimento, até a chegada do período das chuvas e, evitar o racionamento. A
89 proposta é a previsão de uma tarifa de contingência, quando o nível de um dos reservatórios
90 (Descoberto ou Santa Maria) atingir 25% de seu volume útil. Apresentou ainda o percentual
91 adicional sobre a fatura de água e as categorias contempladas na proposta. Esclareceu sobre os
92 principais aspectos da minuta de Resolução, com destaques para as isenções de tarifa,
93 vigência, cobrança em unidades com mais de uma economia e um único hidrômetro, período
94 de cobrança da tarifa, utilização dos recursos provenientes da tarifa, destinação dos recursos,
95 etc. A apresentação contemplou também as obrigações da concessionária. Por fim apresentou
96 a meta que se pretende alcançar com a aplicação da tarifa de contingência, que é de reduzir
97 em 15% o consumo de água. O **conselheiro Rogério/PM** declarou que sua preocupação está
98 no fato de o grupo trabalhar apenas nos efeitos do problema e não dar tanta importância nas
99 causas. Declarou que um dos grandes problemas da crise hídrica é a questão de supressão do
100 cerrado. Lamentou não haver foco na fiscalização ambiental. O **presidente** seguiu com breve
101 leitura do resumo do documento, listando os principais pontos que serão recomendados: 1 -
102 Fortalecer os instrumentos de proteção, fiscalização e recuperação de áreas de recarga de

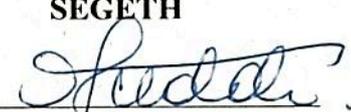
103 aquífero, APMs, APPs e o combate à grilagem de terra. 2 - Regulamentar e incentivar o reuso
104 de água em suas diferentes possibilidades. 3 - Iniciar o processo de revisão do PGIRH à luz
105 do cenário da crise hídrica. 4 - Implantar ampla campanha de comunicação para o uso
106 consciente da água. 5 - Ampliar os esforços ou realizar um robusto programa de educação
107 ambiental com foco em água com ampliação dos investimentos. 6 - Implementação de um
108 sistema efetivo de informações sobre água e meio ambiente. 7 - Ampliar os esforços pela
109 integração efetiva entre planejamento territorial, zoneamento, licenciamento ambiental e
110 outorga. Diante destas colocações o presidente apresentou duas propostas para deliberação
111 deste conselho, acerca da pauta em análise: 1 - Recomendar ao governo do Distrito Federal
112 que crie uma instância de governança da água para o enfrentamento da crise. 2 - Criar uma
113 câmara técnica no âmbito do CRH para acompanhar esse processo de enfrentamento da crise
114 hídrica. Sugeriu que a proposta trazida pelo Fórum de ONGs seja apreciado por esta Câmara
115 Técnica que será criada. Na próxima reunião do CRH iremos formular a composição da CT e
116 a estratégia de trabalho que será adotada. Nessa ocasião, vamos conceder oportunidade ao
117 Fórum de ONGs para apresentar o documento trazido hoje pelo conselheiro Mourão. Qual
118 papel do Conselho de Recursos Hídricos em um cenário de crise hídrica, como esta que
119 estamos vivenciando no DF? Precisamos trazer esta discussão para a Câmara Técnica.
120 Ouvidas as considerações dos conselheiros, Rafael/ADASA, Raquel Brostel/CAESB,
121 Mourão/Fórum de ONGs, Ana Paula/FIBRA, Vandete/IBRAM, que sugeriram que o tema
122 fosse encaminhado para a CT já existente no CRH e não para uma nova CT, o presidente da
123 reunião refez as proposições: 1 - Levar esta questão para a CTPA/CRH existente. 2 - Criar
124 uma nova CT para analisar esta questão específica. Submeteu à votação. Dois votos foram
125 favorável a proposta 1. Seis votos foram favoráveis à proposta 2. Houve uma abstenção.
126 Aprovada a proposta de criação de uma nova CT que terá o prazo de 45 dias para examinar as
127 recomendações que não constam deste documento que foi aprovado aqui, e que dentro do
128 prazo previsto apresente a este conselho suas conclusões. Sobre o **item 2 da pauta o**
129 **conselheiro Ivens/SEMA** informou que a primeira reunião da CT/CONAM/Fiscalização terá
130 sua primeira reunião nesta quinta feira próxima. Não havendo mais considerações, o
131 Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. A Ata será lida,
132 aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada seu
133 extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.
134

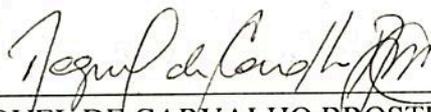

ANDRÉ LIMA
SEMA

ANA CLÁUDIA CAMPOS DA SILVA
SES

ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH

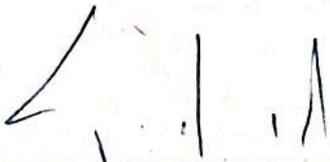
JANE MARIA VILAS BÔAS
IBRAM


VANDETE INÊS MALDANER
IBRAM

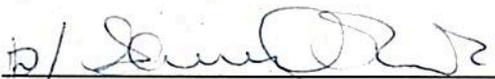

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB


MARIA DO CARMO M. CÉZAR
CAESB

ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA



RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA



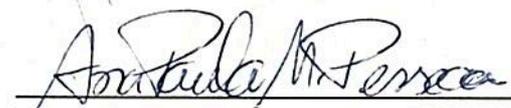
MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO
IBAMA

LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM DE ONGs

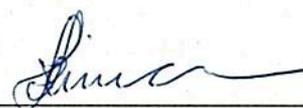


REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
FÓRUM DE ONGs

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR
UnB



ANA PAULA DIAS M. DE CASTRO
PESSOA FIBRA



TEREZINHA LIMA
ÚNICA

ANA PALMIRA SILVA
CBH/PARANOÁ